

No gelo fino: notas ético-metodológicas e relacionais de pesquisas (auto)etnográficas em prisões

Francisco Elionardo de Melo Nascimento¹

Resumo

Este artigo se propõe a analisar questões éticas e metodológicas decorrentes de um percurso relacional de pesquisas em prisões brasileiras na condição de etnógrafo e policial penal cearense. Versa sobre o acesso, permanência e contato com os interlocutores em um campo em que o etnógrafo/ policial penal, ao mesmo tempo, é pesquisador e objeto de pesquisa, envolvido até o âmago no processo investigação e reflexão do contexto prisional. Deste modo, experiências passadas se confrontam com as experiências do presente dando consistência a uma narrativa em que o próprio lugar do pesquisador se torna objeto de investigação, componente imprescindível para o experimento analítico (auto)etnográfico.

Palavras-chave: Prisão; Polícia penal; (Auto)Etnografia; Lugar relacional.

On thin ice: ethical-methodological and relational notes on (auto)ethnographic research in prisons

Abstract

This article aims to analyze ethical and methodological issues arising from a relational course of research in Brazilian prisons as an ethnographer and criminal police officer in Ceará. It deals with access, remained and contact with interlocutors in a field in which the ethnographer/criminal police officer, at the same time, is a researcher and object of research, involved to the core in the process of investigation and reflection of the prison context. In this way, past experiences are confronted with the experiences of the present, giving consistency to a narrative in which the researcher's own place becomes an object of investigation, an essential component for the (auto)ethnographic analytical experiment.

Keywords: Prison; Criminal Police; (Auto)Ethnography; Relational place.

Introdução

Parte das pesquisas desenvolvidas em prisões brasileiras tem se destacado pela produção de um renovado caráter teórico, metodológico e epistemológico nas Ciências Sociais. De acordo com Godoi e Mallart (2017), a problemática das prisões no Brasil tem movimentado um campo de pesquisas consistente, diversificado e em crescimento pela diversidade teórico-metodológica e das temáticas. Esses estudos, embora beneficiados pela literatura clássica, ultrapassam o paradigma das prisões caracterizadas como instituições fechadas e isoladas da sociedade (CLEMER, 1958; GOFFMAN, 1974), permitindo-nos perceber a correspondência entre o que acontece dentro e fora das prisões.

São pesquisas que pautam os fluxos entre o fora/dentro das prisões (GODOI, 2017; NASCIMENTO; SIQUEIRA, 2022), as narrativas de condutas e códigos que atravessam prisões e periferias (BIONDI, 2010), trânsitos incessantes entre o “mundão” e os dispositivos de controle (MALLART; RUI, 2017), o funcionamento das prisões a partir dos seus atravessamentos, circulações e porosidades das prisões (BARBOSA, 2005),

¹ Professor na Faculdade Ieducare do Centro Universitário Uninta (Fied, Tianguá, Brasil). E-mail: elionardomelo@gmail.com

as experiências e trajetórias de profissionais nas prisões (TAETS, 2012) e as redes de afetos e vínculos atravessadas pela experiência prisional (PADOVANI, 2018).

No conjunto desses trabalhos, pesquisadores engajados em desvendar opressões e sofrimentos causados nas/pelas prisões têm dedicando parte expressiva das suas análises para tratar das condições, procedimentos e os modos como as experiências pessoais e relacionais não são apenas ponto de partida para a realização do trabalho de campo etnográfico, mas atravessam todo o processo de investigação e escrita de suas etnografias. Biondi (2010) e Padovani (2018), por exemplo, não ingressaram nas prisões como pesquisadoras, mas se relacionando como visitantes da prisão. Biondi como visita do seu companheiro e Padovani como visita de uma amiga e agente de uma instituição religiosa. As pesquisadoras não ingressaram nas prisões para fazer trabalho de campo etnográfico, antes elas desenvolveram suas pesquisas se relacionando com as prisões enquanto visitantes. Deste modo, essas pesquisas não seguem os ditames de uma possível neutralidade, objetividade e impessoalidade da produção do conhecimento nas Ciências Sociais, antes elas se preocupam em analisar o modo como os dados analisados foram produzidos, seja pelas relações de alinhamento ou de oposição a determinados grupos que ocupam diferentes espaços de poder na dinâmica das prisões. Se entendermos que, de certo modo, toda etnografia é uma autoetnografia, onde o “eu” do etnógrafo está, o tempo todo, imbricado na investigação (COFFEY, 1999; SANTOS, 2017), podemos perceber que as experiências pessoais têm papel importante em todo o processo da pesquisa (auto)etnográfica.

De acordo com Santos (2017) e Chang (2008), a autoetnografia é feita a partir de um equilíbrio triádico que tem: a) etnografia como orientação metodológica e analítica; b) a interpretação ancorada na cultura e; c) a autobiografia como processo reflexivo. Isso implica dizer que o que caracteriza o método autoetnográfico

(...) é o reconhecimento e a inclusão da experiência do sujeito pesquisador tanto na definição do que será pesquisado quanto no desenvolvimento da pesquisa (recursos como memória, autobiografia e histórias de vida, por exemplo) e os fatores relacionais que surgem no decorrer da investigação (a experiência de outros sujeitos,

barreiras por existir uma maior ou menor proximidade com o tema escolhido, etc.) (SANTOS, 2017, p. 119).

Autoetnografia, se entendida como método, nas palavras de Reyna e Friggi (2020), é um processo de auto-observação e investigação reflexiva que se desenvolve em todo o trabalho de campo etnográfico e da escrita. Trata-se de um duplo sentido no qual alguém que pertence a um grupo reflete sobre o próprio grupo e contexto no qual está inserido ou é o próprio relato da experiência pessoal/subjetiva que se torna objeto de reflexão – uma escrita autobiográfica com interesse etnográfico. Nas pesquisas (auto)etnográficas, a reflexividade acompanha todo o processo de investigação. Isso implica dizer que, partindo da própria experiência do autor enquanto sujeito (e dos seus interlocutores/as), pensa-se o papel político do autor para com a temática, seja pela influência desse papel na escolha da problemática ou dos seus direcionamentos investigativos. Neste caso, o pesquisador é parte constituinte das relações que são o foco desse tipo de pesquisas e a reflexividade “impõe a constante conscientização, avaliação e reavaliação feita pelo pesquisador da sua própria contribuição/influência/forma da pesquisa intersubjetiva e os resultados consequentes da sua investigação” (SANTOS, 2017, p. 218). Em outras palavras, a reflexividade implica dizer que o pesquisador está completamente envolvido nos fenômenos sociais que ele documenta cujas cenas “observadas” não existem sem a sua presença enquanto etnógrafo.

Este texto resulta de um percurso de pesquisas (auto)etnográficas desenvolvidas no sistema prisional do Ceará a partir do duplo papel ocupado pelo autor, enquanto policial penal² e etnógrafo. Como questões centrais, priorizo a análise de dois aspectos circunstanciais da pesquisa (auto)etnográfica: a primeira é a trajetória de dentro para fora da autoetnografia, pelo modo como nos afetamos a desenvolver um projeto de pesquisa e; a segunda decorre das questões éticas envolvidas neste tipo de pesquisa. Deste modo, as questões metodológicas e éticas que versam sobre a entrada, permanência e interlocuções com diferentes sujeitos em um campo de pesquisa multissituado

² Neste texto, agentes penitenciários e policiais penais são duas nomenclaturas usadas para se referir aos profissionais da segurança prisional.

(MARCUS, 1995), mediadas pelo caráter das relações, são o foco desta discussão.

O lugar relacional é utilizado aqui como recurso autoetnográfico, pelo modo particular de fazer pesquisas em prisões cearenses. Portanto, encarar este texto como (auto)etnografia é, antes de tudo, caracterizar o lugar relacional ocupado por mim frente a analítica das prisões brasileiras. Isso implica dizer sobre o lugar da própria experiência na produção do conhecimento etnográfico, ou melhor, dizendo, do conhecimento que é corporificado pelas experiências pessoais de sujeitos localizados na fronteira entre pesquisar e trabalhar no fora/dentro das prisões. A escrita em primeira pessoa faz emergir o “eu” por meio da escrita, tal como o resultado de um encontro intersubjetivo que se mostra polifônico entre o “eu” e o “outro” num conjunto de relações documentadas em que o lugar do autor é o foco para as análises.

O texto está dividido em duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, exploro as implicações do lugar relacional ocupado pelo autor enquanto policial penal e etnógrafo para tratar da entrada, permanência, observação e interlocuções nas prisões. Na segunda seção, a partir do processo de liberação formal para a realização da pesquisa de doutorado, abordo as práticas burocráticas e os limites éticos impostos às Ciências Humanas e Sociais pelo sistema CEP/ CONEP³, assim como sinalizo as potencialidades de fazer pesquisas assumindo a própria experiência e dos outros sujeitos como fecundo material analítico para pensar as prisões.

A inserção e os percursos relacionais de pesquisas no campo das prisões

Em novembro de 2011 iniciei a minha trajetória na prisão, quando prestei concurso para agente penitenciário do Ceará. O certame foi longo e composto por fases eliminatórias e classificatórias e, em março de 2013, eu e mais 799 agentes penitenciários fomos nomeados para o cargo. Desde então passei a me relacionar com as prisões na condição de profissional, atuando na Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS). Ainda em 2013, concomitante ao ingresso na PIRS, iniciei a graduação em Serviço Social, sendo, a partir de então, que as inquietações sobre o lugar

ocupado por mim e as relações com os outros no cotidiano das prisões são vislumbradas enquanto objeto de pesquisa. Assim, concordo com a afirmação de Bachelard (2006, p. 129) de que é mais o objeto que nos escolhe do que nós escolhemos a ele.

Era um espaço novo, cheio de armadilhas e perigoso, principalmente pela minha condição de agente penitenciário e pesquisador. De um lado as relações de inimizades entre profissionais e pessoas presas produzidas no cotidiano e, do outro, as normas e regras institucionais nas quais pesquisadores que se aventuram nas prisões devem seguir. Ainda na graduação, tomei a percepção dos agentes penitenciários sobre a execução das técnicas e estratégias para ressocialização dos internos na PIRS como objeto de análise (NASCIMENTO, 2015)⁴. Esse trabalho foi o meu primeiro esforço em analisar a prisão por uma abordagem pouco comum nas pesquisas do Serviço Social: a etnografia.

Na PIRS, permaneci exercendo minhas atribuições como agente penitenciário até março de 2016, quando fui beneficiado com o afastamento por dois anos para cursar o mestrado. Porém, durante esse período, continuei frequentando sistematicamente prisões cearenses para a realização do trabalho de campo que se deu por meio da observação participante, entrevistas, análise de documentos e pela própria experiência como trabalhador das prisões. Ao retornar para o efetivo trabalho, em março de 2018, solicitei transferência para a Cadeia Pública do município de Meruoca-CE e, em janeiro de 2019, retornei para a PIRS onde continuo atuando na instituição como policial penal.

Fazer observação participante na instituição em que exerço minhas atribuições profissionais me renderam problemas de pesquisa em âmbitos complexos e variados, tais como as inseguranças comuns aos pesquisadores inexperientes e os entraves na relativização do cotidiano dos profissionais, cotidiano o qual eu também estava inserido. Ao mesmo tempo, experimentei ser um “estranho”, alguém que via o cotidiano prisional e a si mesmo como objeto. Eu tive a experiência incomum de ser agente penitenciário e, simultaneamente, observar os outros e a mim mesmo como trabalhadores da prisão. Eu fazia parte da cena, ainda que fora dela.

A familiarização com o contexto de pesquisa me imputava um esforço maior para enxergar as regras

³ O sistema CEP/CONEP é formado pelo Conselho Nacional de Saúde (CONEP) e pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) distribuídos em diversas universidades.

⁴ A apreciação ética foi identificada pelo CAAE: 44925015.5.0000.5053.

culturais tácitas existentes na prisão, pois as minhas experiências enquanto agente penitenciário – sujeito alinhado às expectativas e condutas morais dos profissionais da segurança prisional – dificultavam a visualização das experiências das pessoas presas e de seus familiares naquele contexto, sem a contaminação do olhar de autoridade do agente penitenciário. Eu me dava conta das dificuldades de pesquisar o meu próprio cotidiano de trabalho como etnógrafo. Era preciso estranhar o “eu” e me familiarizar com o “outro”. Percebendo que as experiências vivenciadas ao longo da observação participante me situavam como *insider* e *outsider*, ora simultaneamente, ora intercalada em cenas do cotidiano prisional.

Não é novidade afirmar que o trabalho de campo etnográfico envolve alternância entre a experiência interna e externa, tendo-as simultaneamente no decorrer do trabalho de campo (SPRADLEY, 1980). Isso implica dizer que, durante toda a caminhada das pesquisas na prisão, fui impelido a pensar racionalmente sobre as interconexões entre participar, escrever e observar tal como um modo de vida nas prisões. Um processo reflexivo que informa a experiência do aprender a olhar para escrever; ao mesmo tempo em que reconhece que o próprio olhar é moldado e limitado por um sentido do que e como escrever (ERMESON et al., 2011).

Muitos foram os questionamentos dos meus colegas, agentes penitenciários, sobre a dimensão ética e metodológica das minhas pesquisas, por vezes associando às instituições que defendem os Direitos Humanos. No imaginário dos “guardas”, minha monografia e minha dissertação de mestrado seriam objeto de denúncia frente aos órgãos de defesa dos Direitos Humanos. Tais Órgãos fiscalizam, e eventualmente punem, os excessos do uso da força no trabalho dos profissionais da segurança. Aos olhos de parte hegemônica desses profissionais, nada mais são do que “defensores de bandidos”. Eu e a pesquisa fomos alvos constantes de análise e suspeição.

Seguindo as afetações provocadas pelo cotidiano do trabalho na prisão, propus discutir o aprisionamento de travestis no Ceará (NASCIMENTO, 2022). A discussão foi objeto da minha pesquisa de mestrado em Sociologia, proposta originada enquanto eu observava e participava do dia a dia das travestis em cumprimento de pena privativa de liberdade na PIRS. O trabalho de campo, que inicialmente seria totalmente desenvolvido na PIRS, no seu decorrer, foi expandido ao Presídio

Irmã Imelda Lima Pontes e ao Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne (CEPIS).

Mais uma vez, as relações tecidas antes, durante e depois do trabalho de campo foram atravessadas pelo lugar relacional que ocupo nas prisões. Tal como fez Larissa Nadai (2018), em sua etnografia sobre laudos periciais do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, apostei nas relações pessoais que fazem andar os processos burocratizados do Estado, dentre esses a liberação institucional para a realização de nossas pesquisas. No caso de Nadai, o investimento nessas relações se deu para contornar o tempo de espera dos expedientes burocráticos impostos, sendo a “fiança moral” de um funcionário a estratégia encontrada para dar personalidade e celeridade ao processo de liberação da sua pesquisa a ser realizada em documentos arquivados no IML. No meu caso, o contato inicial com os gestores das unidades prisionais da Região Metropolitana de Fortaleza, *lócus* da pesquisa do mestrado, foi intermediado por um colega agente penitenciário e amigo que, de 2016 a 2018, ocupou cargo de gestão na Coordenadoria Especial do Sistema Prisional (COSIPE NORTE). Sua “fiança moral” teve peso na brevidade das negociações e, imediatamente, foi-me concedido acesso ao cotidiano das unidades prisionais, aos profissionais e às travestis que foram interlocutoras na pesquisa.

Era comum eu ser identificado pelos diretores e por outros profissionais nas unidades prisionais como o “colega agente penitenciário que está realizando a pesquisa de mestrado aqui”. Essa identificação me proporcionava status de pessoa “insuspeita”, de confiança e alinhada moralmente em relação de justaposição aos profissionais da segurança prisional. Ou seja, eu era produzido como alguém que poderia ter acesso privilegiado ao cotidiano prisional e às informações pouco divulgadas ou alocadas no campo do segredo. Minha posição, ademais, possibilitava a manutenção de contatos com as interlocutoras travestis reclusas, visto que alguém fora do meio certamente teria dificuldades múltiplas de inserção, principalmente no impedimento da circulação nas dependências das prisões que são baseadas na “segurança prisional”.

Ser agente me garantiu, por um lado, privilégios em campo (concessão da permissão para a entrada, permanência e interlocução com os sujeitos nos locais que escolhi como campo), por outro, implicou

diretamente em questões metodológicas e operacionais da pesquisa, limitando os discursos das travestis no que respeita às “atividades ilícitas” ou à posse de objetos “não permitidos” no interior das penitenciárias.

Pesquisar o e no meu espaço de trabalho me coloca em uma posição particular como etnógrafo da prisão. De um lado, a relação de alinhamento aos profissionais me possibilita privilégios em campo, mas, por outro, nas relações com as travestis, sou identificado como agente de segurança. Alguém responsável pela manutenção da ordem, disciplina e do controle da circulação de pessoas, materiais e informações que entram, saem ou ficam retidos na prisão. Tal identificação em campo limita diretamente as narrativas dos sujeitos com os quais mantenho relações hierárquicas e assimétricas de poder no cotidiano de trabalho nas unidades prisionais, porém essa limitação, em alguns casos, foi ultrapassada pela longevidade das interlocuções e pelo firmamento de relações de confiança entre interlocutoras e pesquisador, possibilitando-nos perceber que os discursos não apenas falam sobre contextos e relações sociais, mas os constroem e reconstroem na medida em que são alterados e atribuídos a finalidades específicas guiadas por relações de poder.

O duplo papel ocupado nas prisões, principalmente a minha condição de agente penitenciário, implicou ainda em desconfiças das travestis e dos profissionais no que diz respeito às minhas intenções políticas em pesquisar gênero e sexualidade a partir do aprisionamento de travestis, sendo o meu corpo e minha sexualidade objetos de suspeição e análise. Não eram incomuns as insinuações dos profissionais de que eu fosse “baitola”⁵ ou das travestis em me identificarem como um “entendido”, alguém que certamente sabia das sensações descritas por elas sobre o intercuro sexual. Tais reações partem de uma suposta incompatibilidade em exercer a função de agente penitenciário e pesquisar gênero e sexualidade a partir de travestis na prisão, ou melhor dizendo, pertencer à segurança penitenciária e ter orientação sexual não heterossexual. Diz também respeito à suposição recorrente de “inutilidade” de pensar Estado a partir do gênero, se não por uma perspectiva totalizante e masculina (NASCIMENTO, 2022, p. 54).

As suposições das minhas intenções políticas, tanto do lado dos profissionais como das internas, partiam de um ponto comum: era ele (o pesquisador/ agente) um homem gay. Essa identificação me acompanhou como uma sombra durante todo o trabalho de campo, incidindo na composição detalhada das narrativas das travestis sobre a corporalidade e sexualidade e levantando críticas por parte dos profissionais, que mostravam incompreensão pela temática escolhida. Na visão de parte dos agentes, o aprisionamento de travestis era um tema menor, muito aquém da relevância de pesquisar o trabalho da segurança prisional. Por outro lado, a minha identificação como gay poderia macular a virilidade, o destemor e a coragem propagados como atributos do ideal de masculinidade pressuposto aos agentes.

Tratando dos desafios da pesquisa etnográfica, Clifford (2002) afirmou que muito da escrita etnográfica é fruto do trabalho de campo, mas a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar. Para ele, os dados constituídos em condições discursivas e dialógicas desde eventos e encontros da pesquisa se constituem em anotações de campo e só podem ser apropriados por meio de formas textualizadas, momento em que o etnógrafo traduz sua experiência valendo-se da autoridade etnográfica. Esse processo é complexo e modulado por constrangimentos políticos e pela ação de múltiplas subjetividades, sendo o próprio pesquisador parte do plano de investigação da pesquisa de campo, por isso, a etnografia está, do começo ao fim, imersa na escrita.

Tal como a etnografia, o fazer do Estado também é um fazer escrito (DAS, 2020). Desta forma, não é menos importante refletir sobre o meu papel enquanto agente de Estado atuando diretamente na produção de escritos, seja por meio da atuação policial na prisão ou como doutor formado em uma universidade pública. Tanto as anotações e registro nos livros de ocorrência, as chamadas nominais e conferências de presos quanto os artigos, resenhas e o relatório final das pesquisas são agenciamentos próprios de saberes da produção estatal, constituindo-se como exemplos de como o Estado passa a fazer parte do cotidiano das pessoas em diferentes contextos e, de modo bastante específico, se conecta neste modo de fazer pesquisa. Todos esses escritos são produzidos por e produzem modos de vida e de viver nos diferentes espaços em que atuam, tal como na prisão e na universidade, mas, como

5 “Baitola” é um termo cearense que significa “viado”. Os dicionários de português grafam veado, mas, em sotaque cearense acentua-se o “i”, de viado. Ou seja, refere-se a alguém que desenvolve relações sexuais e afetivas com pessoas do mesmo sexo.

nos ensinou Das (2020, p. 238), a autenticidade da produção destes documentos pode sempre ser colocada em questão, uma vez que “a identidade do sujeito nunca pode ser plenamente assumida em um encontro com o Estado”.

Desenvolver uma pesquisa assumindo papéis relacionais em um campo de pesquisa multissituado implicou nos modos como passei a ser visto pelas travestis e seus familiares, assim como pelos agentes, de modo que relações polissêmicas foram constituídas por mim e os demais interlocutores, nos mais diversos espaços de interação dentro e fora das prisões. Algumas narrativas das travestis abordavam a expansão das facções e os seus reflexos no cotidiano prisional, quando surgiu o interesse de pesquisar no doutorado as sociabilidades entre diferentes agrupamentos nas prisões cearenses.

Trâmites de pesquisa: questões éticas e metodológicas em foco

No final de 2015 e início de 2016, as dinâmicas prisionais e criminais sofreram alterações com a presença incisiva de coletivos prisionais, dentro e fora das prisões cearenses. A imposição de regras para a circulação de pessoas entre os bairros, a expulsão de moradores de conjuntos habitacionais e as disputas entre facções pelo domínio dos territórios eram mobilizadas pelo mercado de compra e venda de drogas, sendo veiculadas com destaque pelos meios de comunicação local quando o assunto era violência, medo, segurança pública e sistema prisional.

No cotidiano prisional, a existência de eminentes conflitos entre presos, agentes penitenciários e visitantes ocasionou motins, rebeliões e mortes de presos em diversos estabelecimentos prisionais do Ceará, principalmente nas rebeliões de maio de 2016 (NASCIMENTO, 2022; NASCIMENTO; SIQUEIRA, 2022). Tais rebeliões provocaram mudanças na gestão das unidades prisionais e nos modos dos profissionais da segurança desempenhar suas atribuições no cotidiano carcerário, ocasionando também a realocação dos presos faccionados para unidades prisionais específicas seguindo como critério suas filiações às facções. Nas ruas, os ataques a ônibus e prédios públicos em Fortaleza e região metropolitana gerou sensação de insegurança e medo na população. Esse episódio deu visibilidade ao Primeiro Comando da Capital

(PCC), Comando Vermelho (CV), Guardiões do Estado (GDE) e a Família do Norte (FDN), apontados como os principais coletivos prisionais que atuam dentro e fora das prisões no Ceará (PAIVA, 2019; SIQUEIRA *et al.*, 2022).

Convicto de que o meu objeto de pesquisa abordaria as sociabilidades entre diferentes grupos existentes nas prisões desde a expansão das facções no Ceará, coube eleger quais unidades prisionais seriam lócus para o trabalho de campo. Minha intenção inicial era fazer observação participante em unidades prisionais que estivessem abrigo presos de diferentes grupos, faccionados ou não. Por isso, decidi que a Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto (CPPL III), Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Elias Alves da Silva (CPPL IV) e Centro de Execução Penal e Reintegração Social Vasco Damasceno Weyne (CEPIS) seriam espaços que dariam conta da diversidade de grupos que eu tinha como proposta de discussão metodológica nesta pesquisa.

Esse era um objeto de pesquisa ambicioso, perigoso e extremamente complexo, principalmente por conta do lugar que ocupo de agente de segurança. O meu contato com a temática na pesquisa de mestrado não foi apenas importante para a formulação do recorte de pesquisa, mas também para a escolha das prisões que escolhi como campo. Todas as unidades prisionais citadas integram o Complexo Prisional Estadual de Itaitinga II. A CPPL III, de acordo com um dos interlocutores ocupante de cargo de gestão na COSIPE, era considerada, em 2018, pelos gestores da Secretaria da Justiça e Cidadania como o “comitê executivo do PCC no Ceará”. Este estabelecimento penal foi destinado, após a estratificação dos presos, para todos os integrantes do PCC que estavam reclusos nas grandes unidades prisionais da Região Metropolitana de Fortaleza. Já a CPPL IV foi designada para o CV e a CEPIS destinada à “massa carcerária”, ou seja, reservada para os presos não faccionados.

Para conseguir a anuência para a realização da pesquisa junto à Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS), por meio da qual acessaria os estabelecimentos prisionais acima citados e manteria interlocuções com as pessoas e acesso aos documentos sob a responsabilidade do Órgão pela via institucional, segui os trâmites burocráticos especificados na Instrução Normativa 001/2014 que estabelece normas específicas e avalia todos os projetos de pesquisa submetidos à SEJUS

por intermédio da Escola de Gestão Penitenciária e Formação para a Ressocialização (EGPR). Como pré-requisito para a anuência, a Normativa esclarece em seu artigo 11 que – “Os estudos especiais somente serão realizados quando de interesse institucional, tendo prioridade aqueles relacionados aos objetivos estratégicos da SEJUS” (CEARÁ, 2014, p. 54). Naquele momento, ao entender da responsável pela Pasta, Socorro França, uma pesquisa que tentasse compreender as dinâmicas do cotidiano das unidades prisionais certamente seria útil para o Órgão. Por isso, apostei no procedimento burocratizado para pleitear a autorização para a realização da pesquisa.

Ao contrário de como segui no mestrado, no qual apostei nas “fianças morais”, para o desenvolvimento desta pesquisa encarei os procedimentos burocratizados para legitimar a minha entrada nas prisões que escolhi como campo, galgando assim a “legitimidade burocrática” dos papéis e suas marcas. Ao analisar as vias de acesso formal e informais ao seu campo de pesquisa, Nadai (2018) coloca em suspeição a fragilidade dos acordos orais que, a seu ver, são fragilmente destrutíveis no contexto das pesquisas institucionais. Por outro lado, ela argumenta que as autorizações formais logram de “legitimidade burocrática” por meio de documentos que são marcados por timbres, carimbos, assinaturas e que funcionam como credenciais, servindo “como amuletos modernos que abrem portas e, na sua ausência, fecham-nas” (PEIRANO, 2011, p. 63).

O processo burocratizado iniciou com a submissão do projeto via protocolo geral e findou com a emissão do documento de liberação para a realização da pesquisa, obedecendo ao seguinte percurso previsto na Normativa acima citada: 1) submissão do projeto na Comissão Técnica Permanente (CTP) da SEJUS; 2) liberação dos gestores das unidades prisionais desde a assinatura da carta de anuência; 3) aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos (CEP) e, por último; 4) a emissão do documento de Autorização para Realização de Projeto de Pesquisa.

Embora esse processo tenha se dado por enfadonho trâmite burocrático, o espírito corporativista latente entre agentes penitenciários agenciou uma rápida aprovação do projeto de pesquisa na Comissão Técnica Permanente e pelos gestores das unidades prisionais, o que demonstra o papel dos acordos relacionais e

documentais no diálogo entre o fazer da pesquisa e da burocracia. Na EGPR, fui recebido pelo coordenador, que também é agente penitenciário de carreira. Em uma conversa breve sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa, ele afirmou – “É uma honra para a categoria profissional ter um dos nossos agentes se doutorando. Fique tranquilo! Farei tudo o que estiver ao meu alcance para que tudo dê certo com a sua pesquisa”. A solicitude do coordenador claramente expressava um ideal corporativista, uma vez que esse compromisso dificilmente seria firmado com alguém que não estivesse inserido como membro da categoria profissional. Menos de quarenta e oito horas após a conversa, recebi uma ligação da EGPR afirmando sobre anuência do Órgão para a realização da pesquisa, condicionada à aceitação dos diretores das unidades prisionais e à aprovação no CEP⁶.

A submissão do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil exigiu uma série de documentos, tendo em vista as metodologias propostas para a realização da pesquisa. A conferência de documentos e a avaliação do CEP segue o que está previsto na Resolução 466/2012 e na Resolução 510/2016 (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012, 2016), procedimentos exaustivamente burocráticos e que pouco contribuem para as pesquisas das Ciências Humanas e Sociais. Esta pesquisa, por se tratar de uma abordagem etnográfica – valendo-se da observação participante, pesquisa documental e entrevistas, foram exigidos os seguintes documentos: Carta de Anuência assinada por cada um dos responsáveis das instituições que constituem o campo da pesquisa; Termo de Fiel Depositário dos documentos assinado pelo responsável; Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TCLE); e roteiros de entrevistas.

Todos os documentos listados seguiram uma padronização de escrita contendo, também, assinaturas e carimbos, tais como marcas de legitimidade que serão esquadrinhados por parecerista designado pelo CEP. Após análise criteriosa, um parecer é emitido e, posteriormente, validado ou não na reunião do Colegiado. Essa é uma avaliação burocrática centrada na proposta metodológica do projeto e nos documentos previstos nas Resoluções.

A aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP se deu dois meses após a submissão⁷. Dessa forma, em meados

⁶ A anuência dos diretores se deu de forma instantânea, também mediada pelo lugar relacional que ocupo.

⁷ O projeto passou por crivo do CEP/ UECE e identificado pelo

de dezembro, a EGPR emitiu o Termo de Autorização Para Realização do Projeto de Pesquisa. A partir dali a minha entrada nas prisões para o trabalho de campo por via institucional estava autorizada, porém, eu não imaginava que a criação da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) mudaria completamente o modo de gestão das prisões, o que resultou no impedimento da minha inserção nas unidades prisionais escolhidas anteriormente como *lócus* da pesquisa.

Ao assumir seu segundo mandato em janeiro de 2019, o governador do Ceará, Camilo Santana (PT), apropriou-se do discurso de combate à criminalidade e colocou o sistema prisional como foco das mudanças prioritárias daquele início de governo. Para dar conta de tais intervenções, anunciou a criação de uma secretaria específica para gerir a política prisional do Estado – a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), escolhendo como secretário o policial civil do Distrito Federal, Mauro Albuquerque.

A criação de uma pasta exclusiva para gerir o sistema prisional e a escolha de um secretário reconhecido popularmente como “linha dura” foi uma clara sinalização sobre a centralidade que a segurança pública assumiu na segunda gestão do governador Camilo Santana, principalmente no que tange à promessa de campanha de intensificar o “combate às facções que atuam dentro e fora das prisões” no Ceará. O fato é que antes mesmo de assumir a SAP, Mauro já divulgava as mudanças imediatas que seriam tomadas na sua gestão. Uma delas foi o anúncio do fim da divisão de presos seguindo o critério de filiações às facções, decisão tomada pela antiga gestão do sistema prisional com o intuito de evitar os constantes embates entre os coletivos de presos após as rebeliões de maio de 2016. Essa informação causou imediata insatisfação das facções que disputavam com a administração prisional a gestão do cotidiano carcerário, o que gerou uma onda de ataques que iniciaram ainda no dia primeiro de janeiro de 2019 (NASCIMENTO; SIQUEIRA, 2022).

De fato, as mudanças anunciadas se concretizaram. Desde que assumiu a SAP, o Secretário modificou profundamente a gestão das unidades prisionais e implementou uma rotina disciplinar nunca imaginada no Ceará. No entanto, nada foi pacífico. Nas ruas, os ataques à prédios, bem como à transportes públicos

e privados em represália a tais intervenções seguiram por todo o mês de janeiro. Já nas prisões, práticas caracterizadas como tortura geraram denúncias que tomaram os noticiários locais e as narrativas dos presos, de seus familiares e dos órgãos de defesa dos Direitos Humanos pelo modo como castigos individuais e coletivos foram utilizados como forma de contenção. Essas denúncias repercutiram ainda mais quando os peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura (MNPCT)⁸ divulgaram relatório da inspeção feita em unidades prisionais do Ceará, que expunha fortes evidências de que pessoas presas estavam sendo submetidas a práticas de tortura.

Decorrentes da implementação dos novos “procedimentos” disciplinares, orientados pelos agentes da Força Federal de Intervenção Penitenciária (FIPI), comandada pelo Secretário, as torturas foram acompanhadas por mim durante o cotidiano de trabalho na PIRS. Esta discussão é permeada por questões que em si mesmas afetam o meu lugar enquanto profissional e pesquisador, sendo tratadas na tese a partir das descrições de eventos. O meu papel de policial penal diz muito acerca do que foi dito, não dito ou mal dito no decorrer da escrita do relatório final da pesquisa (NASCIMENTO, 2021). Tratar de eventos caracterizados por órgão dos Direitos Humanos como tortura e assim também caracterizá-los, poderá fortemente comprometer a minha segurança e a dos interlocutores da pesquisa, bem como ocasionalmente gerar represálias por parte da administração prisional⁹. Naquele momento, diante de tudo que presenciava, tive convicção que seria impossível a minha entrada em campo para a observação participante nas unidades que havia escolhido como campo de pesquisa. No entanto, não deixei de realizar entrevistas, conversas informais e de fazer anotações no meu caderno de campo durante os seis primeiros meses daquele ano. Em julho de 2019, passados mais de seis meses do início das intervenções nas prisões e com a partida da maioria dos agentes da FIPI¹⁰, percebi que era o momento adequado para reiniciar o contato com os

8 O Órgão está vinculado ao ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos.

9 Por conta desses riscos, a tese ainda não está disponível no repositório da UECE.

10 Três anos e onze meses após o início da intervenção nas prisões, agentes da FIPI ainda permanecem no Ceará. A presença dos intervenientes no cotidiano das unidades prisionais, incumbidos pelo Secretário da fiscalização da rotina prisional, é alvo de constantes críticas por parte dos policiais plantonistas.

CAAE: 01857518.9.0000.5534. É importante destacar que, de agosto de 2018 a setembro de 2021, atuei neste CEP como membro parceirista.

diretores da CPPL III, CPPL IV e CEPIS e iniciar o trabalho de campo naquelas unidades.

Em contato com os gestores por meio de telefone, fui orientado a tratar da minha entrada em campo diretamente com o secretário da SAP. Somente ele poderia ou não dar o aval para a realização da pesquisa, embora já estivesse sido aprovada. Aquela era uma pista contundente de que o Secretário centralizou praticamente todas as decisões em si mesmo, desconsiderando o aparato de gestão formalizado pelas normativas daquela Secretaria.

Com a anuência dos diretores, busquei caminhos alternativos para tentar acesso ao Secretário e pleitear a anuência da pesquisa. Um amigo, ocupante de cargo de gestão, orientou que o acesso ao Secretário fosse feito via coordenadora adjunta do sistema prisional. Ele mesmo mediou o contato inicial com ela, que me orientou a enviar um ofício por e-mail direcionado àquela coordenadoria solicitando a confirmação da aceitação que outrora foi dada pela gestão anterior. Com esse documento em mãos, a coordenadora adjunta fez contato pessoal com o gestor maior da SAP. Duas semanas depois, para minha surpresa, recebi um áudio dela, via aplicativo de celular, pedindo mais detalhes da pesquisa, incluindo todos os assuntos que seriam abordados na tese e as perguntas que seriam feitas nas entrevistas com os internos e profissionais. Esse inesperado pedido era uma sinalização clara do controle que eu e a pesquisa passaríamos a ser submetidos. Um controle ao qual estão submetidas “todas” as pesquisas, ou “as pesquisas em geral”. O fluxo da fiança moral foi interrompido pela implementação da SAP. Ali não era mais o espírito corporativista que agenciava a minha relação como pesquisador e agente penitenciário, mas uma relação de poder que colocou em suspeita o campo de saber sociológico, o que deslizava na confirmação ou não das práticas de tortura denunciadas.

A solicitação era do Secretário, mas fora repassada pela coordenadora. As informações gravadas em áudio também foram uma exigência dele. Assim o fiz. Naquele momento, contudo, fazia-se perceptível que não era do interesse do gestor a realização de qualquer pesquisa que descrevesse e analisasse as sociabilidades no cotidiano carcerário. Além do detalhamento dos procedimentos metodológicos, acrescentei que a pesquisa não se tratava de uma denúncia e que não era minha intenção prejudicar quem quer que fosse. Esse foi o meu último contato com o Secretário, feito

via coordenadora adjunta. Desde então, ela não mais respondeu às minhas solicitações e sequer deu alguma resposta sobre a anuência ou não para a realização da pesquisa.

O silêncio sinalizou a clareza da não anuência para a realização do trabalho de campo, o que me fez redefinir o recorte da pesquisa, os procedimentos metodológicos e os espaços da observação participante. Se por um lado o gestor podia cercear minha entrada para o trabalho de campo nas unidades prisionais do Complexo II, por outro, não podia impedir a minha participação e observações no cotidiano de trabalho na PIRS, que é meu campo de trabalho profissional. A pesquisa, assim, passou a ter como *locus* principal a Penitenciária Industrial Regional de Sobral. Os contatos iniciais com interlocutores policiais penais, professores, pessoas em cumprimento de pena e seus familiares se deram também na PIRS e, em alguns casos, se estenderam às suas casas, ruas, aos bares, parques, igrejas evangélicas e em outros espaços em que transitam os interlocutores. Se em pesquisas anteriores fiz trabalho de campo com certo distanciamento das minhas atribuições na PIRS, propositalmente marcado nas minhas férias (NASCIMENTO, 2015) e com licença para cursar mestrado (NASCIMENTO, 2022), na pesquisa de tese nenhuma das opções foi possível.

A produção do trabalho de campo simultânea ao exercício da função de policial penal, claro está, se fez ainda mais desafiador. A própria criação da SAP e as mudanças nas normas e rotina me provocaram certo estranhamento em um campo que eu acreditava conhecer bem. Etnografar o local em que atuo como policial penal também embaralhou as minhas identificações e laços para com a prisão, provocando o borramento das fronteiras definidas pela administração prisional para o trânsito, acessos, contatos e relações constituídas por policiais penais e por pesquisadores.

Passei a encarar o “não acesso” como uma estratégia deliberada de “acesso”. Isso se desdobrava nas minhas ações cotidianas, nos papéis exercidos por mim, nas relações com pessoas na prisão, na universidade, nos territórios e em outros espaços em que circulo. Percebi que não precisaria me deslocar do meu cotidiano para ter acesso ao campo de pesquisa e as pessoas com as quais mantive interlocuções.

Ora, a prisão estava ali, sempre operando meu próprio cotidiano, moldando meu corpo, as relações com pessoas e a minha forma de ver o mundo.

Ela está em mim e transborda o seu espaço de circunscrição atravessando a minha própria vida.

A mudança do *locus* e contexto prisional também me fez perceber a necessidade de reformulação do recorte da pesquisa. Cada vez mais, ao longo do trabalho de campo, as minhas observações e os relatos das pessoas com quem manteve interlocuções priorizavam as narrativas sobre as mudanças nos modos operacionais da prisão e suas implicações nas relações entre pessoas presas e policiais penais. Todo o cenário de expansão dos coletivos prisionais e suas atuações no cotidiano das prisões tornaram-se secundários nos relatos, mas operando fortemente como difusões discursivas para a criação da SAP e implementação da “doutrina” do DPOE, explicitamente localizadas nas modalidades de gestão das unidades prisionais. Meu objeto não se tratava mais das sociabilidades entre diferentes grupos a partir da expansão das facções no Ceará, mas sim dos processos de Estado nas fronteiras entre pessoas presas e policiais penais no fora/dentro das prisões.

A escolha dos policiais penais como principais interlocutores da pesquisa de tese me fez perceber a prisão como imanente e transcendente (BIONDI, 2010) às relações constituídas entre pessoas que têm a farda como um forte elemento de conexão, apelando para as categorias e os símbolos do universo do parentesco para produzir uma identidade de grupo pelos discursos de união, solidariedade e fraternidade entre os pares, aqueles que se autodenominam “irmãos de farda”. Deste modo, as relações de confiança e respeito mútuo se pintavam também pelo alinhamento político entre profissionais da segurança prisional, pois eu jamais fui identificado em campo como um pesquisador comum pelos meus interlocutores de pesquisa, mas era sempre vislumbrado por eles como um “irmão”, alguém que experimenta na pele as agruras do trabalho cotidiano na prisão (NASCIMENTO, 2022a).

A extensão da prisão à vida dos policiais penais, inclusive à minha, também pode ser percebida pelo modo como a prisão se faz presente na mesa de bar, nos churrascos e nas saídas noturnas, assim como os assuntos pessoais se fazem presentes nos corredores da PIRS e nas conversas nos grupos de *WhatsApp*. O contato prolongado com os policiais penais na rotina prisional e em espaços fora das unidades prisionais – reuniões sindicais, mesa de bar e em suas casas – me fizeram perceber a presença da prisão mesmo longe

do seu espaço físico, estando presente mesmo onde está ausente. O caráter disciplinar da nova gestão, por exemplo, funcionava como gatilho para as longas conversas e entrevistas nos corredores da prisão, na mesa de bar e em outros espaços compartilhados. Tal disciplina não atingia apenas as pessoas presas, mas tinham os policiais penais como alvo precípuo. Deste modo, o controle do tempo, a vigilância e as punições são mecanismos pelos quais os policiais penais passaram a conviver, resultando em denúncias de assédio moral, contendas, rixas e danos à saúde mental desses trabalhadores.

Diante do cenário de confronto entre a nova política prisional e a política criminal, os policiais penais foram alocados na linha de frente das trincheiras da guerra entre facções e Estado. Eu me tornei um combatente. Era comum vivenciar a dor da perda de colegas e o luto durante o trabalho de campo¹¹. A impetuosidade dos ataques aos policiais penais implicou na necessidade permanente do uso de armamentos na prisão e fora dela. Esses equipamentos passaram a compor a montagem do meu próprio corpo: a “doze” - (espingarda) com munições de polietileno, utilizada nas dependências da prisão - e a pistola ponto 40 nas minhas circulações na rua. Esses armamentos são encarados pelos policiais penais como recurso imediato para a defesa em uma situação de risco, sendo as formas de manuseio e de amalgamação desses equipamentos junto aos corpos parte significativa das interações entre esses profissionais nos espaços de trabalho e de relaxamento.

Com a mudança do *locus*, do recorte e da problemática da pesquisa, não mais estou amparado pelo CEP e pela SAP, de forma que passei a acessar meu objeto de pesquisa por via alternativa à institucional, ou pelas suas margens. Voltar o olhar para a forma de inserção e produção do campo etnográfico permite demonstrar sinalizações dadas pelas tramas institucionais que compõem o sistema prisional cearense.

As prisões passam a ser produzidas como espaços instáveis e carentes de políticas contínuas de gestão. Ao mesmo tempo, as descrições metodológicas expostas permitem tensionar as normas dispostas nas resoluções do sistema CEP/CONEP e sua incompatibilidade instrumental para com as pesquisas sociológicas que

11 Homicídios, suicídios e mortes decorrentes do agravamento da Covid-19 tornaram-se frequentes durante o trabalho de campo. Para uma discussão sobre os desafios de etnografar na guerra e entre “irmãos de farda”, ver Nascimento (2022a).

abordam práticas criminalizadas e espaços de confinamento.

No que concerne às constantes mudanças desencadeadas pela instabilidade da política prisional, afirmo em outro momento que “apresentar um olhar sobre as instituições carcerárias é sempre lançar mão de uma visão singular, parcial e provisória que está situada nas dinâmicas do cotidiano e limitada no tempo e aos espaços específicos” (NASCIMENTO, 2018, p. 305). Isso se dá, principalmente, pela não concretização de uma política prisional contínua em detrimento de estratégias de governo pontuais e voláteis. Tal questão impacta diretamente nas normas estabelecidas pelo sistema CEP/ CONEP e seu caráter burocrático, que normatizam as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil¹².

Desde a publicação da Resolução 196/96 do CNS, vinculado ao Ministério da Saúde, o sistema CEP/ CONEP é alvo de duras críticas pelos pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais. Centrado no modelo bioético, adequado às pesquisas experimentais e inspirado nas Ciências Biomédicas, o sistema se autodenominou universal na avaliação ética de todas as pesquisas “envolvendo seres humanos”, deixando de lado o diálogo com as Ciências Humanas e Sociais. Pesquisadores dessas áreas denunciam, há mais de duas décadas, que o Sistema se coloca como instância superior na regulação ética de pesquisas de outros seguimentos do conhecimento, uma vez que as normas apresentadas nas Resoluções 196/96 e 466/2012 revelam o desconhecimento ou a desconsideração de questões epistemológicas e metodológicas inerentes às pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais (SARTI et al., 2017; SANTOS; JEOLÁS, 2015).

A formação ética de cientistas sociais e das humanidades no Brasil, de acordo com Santos e Jeolás (2015), se constituiu com padrões próprios de conduta e método crítico, sem qualquer interferência nos protocolos de pesquisa das Ciências Biomédicas. Os autores argumentam que, nas Ciências Humanas e Sociais, a ética do respeito à “pessoa humana se difundiu e se refletiu no pensamento de pesquisadores brasileiros, desde os seus primórdios” (p. 12). Mesmo com a criação de uma de uma resolução complementar específica para as Ciências Humanas e Sociais, a Resolução 510/2016, as inadequações entre a lógica avaliativa e às especificidades da discussão ética no

campo das Ciências Humanas e Sociais permanecem, podendo ser percebidas pela ausência de paridade entre os membros do CONEP e pela ausência de diferenciação dos riscos na Plataforma Brasil. Isso quer dizer que questões de linguagens específicas e formas metodológicas sobre a ética nas Ciências Biomédicas foram normatizadas no sistema CEP/ CONEP, o que impõe aos avaliadores a seguirem um “checklist” para realizar a avaliação ética, mesmo que sejam pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais (SARTI et al., 2017).

No que concerne às pesquisas etnográficas na sociologia, compreendo que a ética é processual e que envolve o antes, o durante e o pós trabalho de campo. Permeada por negociações entre o pesquisador e seus interlocutores, que são movidas por diálogos feitos junto aos indivíduos e aos grupos participantes, tendo a reflexividade como conduta no manejo e análise dos dados coletados, produzidos e sistematizados nos relatórios finais de pesquisas. Os objetos de pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais se movem e são delineados processualmente pela interação com os interlocutores/as no decorrer do trabalho de campo, isso inviabiliza seguir rigidamente o que foi previsto nas resoluções do sistema CEP/ CONEP.

Quando se trata de pesquisas etnográficas no âmbito prisional, a imprevisibilidade do campo parece gritar diante das recorrentes mudanças que as prisões são alvo. No Ceará, a não solidez da política prisional, impulsionada pelas recorrentes mudanças de gestores, expansão das facções e intervenções nas unidades prisionais, fincou a pesquisa de tese em terreno pantanoso diante dos interesses e visões dos gestores, da política de governo e da atuação das facções. Embora a instabilidade seja patente, não há como prever quais mudanças ou problemáticas poderão surgir durante e após o trabalho de campo.

Neste caso, especificamente, foi impossível prever a anuência ou não da pesquisa após a mudança na gestão e criação da SAP, assim como é impossível prever se haverá perseguição por parte da gestão a mim e aos interlocutores/as desta pesquisa.

¹² A mudança do lócus desta pesquisa impossibilita que ela esteja protegida pelo CEP/ CONEP.

Cabe a mim, portanto, enquanto pesquisador responsável, impossibilitar que os interlocutores/as da pesquisa possam ser identificados, sob o risco que, de algum modo, algum deles/as seja prejudicado/a. Por conta disso, escolhi não fazer descrições densas dos meus interlocutores, mas utilizei a mim mesmo (minha corporalidade, gênero, raça, classe, sexualidade) para produzir análises do campo.

Bem mais que a efetivação da Instrução Normativa 001/2014 e os tramites por ela previstos para a liberação institucional de pesquisas em prisões cearenses, o que é destacado nas decisões, sobre quem e o que se pode ser pesquisado, é um posicionamento individual centralizado na figura do gestor que desconsidera a produção do conhecimento científico e define ao seu desejo o que pode ou não ser analisado, discutido e pesquisado nas unidades prisionais. Trata-se de um modo explícito de governamentalidade (FOUCAULT, 2008) do Estado com o saber sociológico. No entanto, esse não é um caso isolado. Pelo contrário, pesquisadores brasileiros, recorrentemente, relatam dificuldades de inserção nas prisões para realização de trabalho de campo. Isso se dá não apenas pela limitação dos contatos com os atores prisionais e observação das dinâmicas institucionais pela gestão, mas, principalmente, pela proibição da realização de suas pesquisas, por mais que existam normativas em contrário. Estamos diante de uma pauta que deve ser discutida para além dos muros universitários para, então, atingir o debate político. Minha sugestão, como primeiro passo, seria indagar: o que o Estado tenta esconder por detrás das muralhas e das normas institucionais?

Considerações finais

Ao longo deste texto, esbocei caminhos percorridos em uma trajetória de pesquisas relacionais desenvolvida no sistema prisional do Ceará. O lugar ocupado por mim, enquanto policial penal e etnógrafo, em parte, me possibilitou acesso privilegiado às dependências prisionais e aos sujeitos que se relacionam com as prisões em diferentes papéis, ora produzindo relações de alinhamento político e corporativista, ora relações repressivas e hierárquicas. Deste modo, desenvolver pesquisas com diferentes recortes e valendo-se do lugar ocupado por mim nas prisões imputa o exercício da

autorreflexividade como transversal ao processo de investigação e escrita das (auto)etnografias.

Neste aspecto, o uso da minha própria experiência como matéria prima para tratar da problemática das prisões remete a um processo analítico de pensar experiências passadas que se misturam com as experiências presentes, em um circuito frenético de transformações como é o da política prisional cearense. A reflexividade, entendida pela lente da influência recíproca do pesquisador com o campo de pesquisa e seus interlocutores, nos permite pensar por meio de uma introspecção autoconsciente em uma teia de relações que se configuram entre o “eu” e o “outro” na cena etnográfica. Esse exercício só se dá pela experiência vivida em que a subjetividade e a emotividade do pesquisador sobre a problemática e o campo de pesquisa são tomadas como objeto de análise.

No campo prisional, não é novidade alguma o controle e os constrangimentos que pesquisadores e seus projetos de pesquisa são alvo do aparato institucional. No entanto, no contexto apresentado, essas práticas se apresentam de forma dúbia pela volatilidade da política carcerária cearense, interferindo diretamente nas relações com sujeitos que ocupam diferentes espaços de poder e de saber, assim como nas possibilidades de diálogos, relações de confiança e de respeito mútuo que estão implicados no que estendemos por ética na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Olhar para as relações e tramas institucionais nos permite (re)definir nossos projetos de pesquisa, nosso lugar no campo e as condições e possibilidades de contato com interlocutores. Isso implica em dizer que os procedimentos metodológicos e éticos da pesquisa etnográfica sofre interferência de questões contextuais de cada campo de pesquisa, não podendo, portanto, obedecer aos procedimentos rigidamente burocráticos impostos pelo sistema CEP/ CONEP.

O lugar relacional que ocupo nas prisões com as quais mantenho vínculo profissional e/ou de pesquisador me possibilitou vivenciar intensamente as mudanças ocorridas no cotidiano carcerário. Com isso, meu corpo e minha subjetividade foram marcados pela intensidade dos plantões e do trabalho de campo, experiências que se desenrolam em narrativas e são expressas em fatos significativos ou exemplos na composição das (auto)etnografias desenvolvidas.

Dessa forma, o meu lugar como etnógrafo e trabalhador das e nas prisões e a manutenção de relações e vínculos com interlocutores no fora/dentro das prisões dizem muito do que pode ou não ser visto e compreendido, logicamente, é marcado, também, pelos não-vistos, não-ditos, malditos e inobserváveis deste mesmo lugar bastante específico ocupado por mim. De fato, minha caminhada de trabalho e pesquisa no ambiente carcerário produziu muito mais fios do que os que nas etnografias aparecem amarrados na trama de relações e práticas, muitos outros fios continuarão soltos, mas dediquei-me a enredar quantas linhas foram possíveis, num contexto extremamente volátil e agressivo como são as prisões cearenses.

Referências Bibliográficas

- BACHELARD, Gaston. *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70, LDA, 2006.
- BARBOSA, Antonio Rafael. *Prender e dar fuga: biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- Secretaria de Justiça e Cidadania. *INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº001/2014*. Normatiza e regulamenta o fluxo e registro dos projetos de pesquisa e estudos especiais desenvolvidos no âmbito da secretaria de justiça e cidadania do estado do Ceará. Diário Oficial do Estado. 29 de agosto de 2014.
- CHANG, Heewon. *Autoethnography as method*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008.
- CLEMMER, Donald. *The Prison Community*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1958.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- COFFEY, Amanda. *The ethnographic self: Fieldwork and the representation of identity*. London: Sage, 1999.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Comissão de Ética e Pesquisa (CONEP). Resolução nº466, de 12 de dezembro de 2012. Sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 2012. _____ . Comissão de Ética e Pesquisa (CONEP). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 2016.
- DAS, Veena. *Vidas e palavras: a violência e a sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.
- ERMESON, Robert et al. *Writing Ethnographic Fieldnotes*. In: ERMESON, Robert et al. (Orgs). *Writing Ethnographic Fieldnotes*. Second edition. Chicago: University of Chicago, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômio, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. _____;
- MALLART, Fábio. Apresentação do Dossiê Dados e atualidade da pesquisa em prisão do Brasil. *Aracê: Direitos Humanos em Revista*, v. 4, n. 5, p. 8-13, 2017.
- MARCUS, George. *Ethnography in/of the world system: The Emergence of Multi-Sited Ethnography*. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95-117, 1995.
- MALLART, Fabio; RUI, Taniele. *Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas*. *Ponto Urbe*, n. 21, p. 1-17, 2017.
- NADAI, Larissa. *Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios: o Instituto Médico Legal e suas tramas*.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. Entre grades, muralha e vivências: uma etnografia da ressocialização na Penitenciária Industrial Regional de Sobral. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto Superior de Teologia Aplicada, Sobral, 2015.

_____. Travestilidades Aprisionadas: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará. São Paulo: Dialética, 2022.

_____. Agente penitenciário e/ou pesquisador? Trabalho e pesquisa na prisão. *Norus*, v. 6, n. 10, p. 304-327, 2018.

_____. Fronteiras de guerra: gestão da vida e processos de Estado nas fronteiras entre policiais penais e presos. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

_____. Fazendo família e etnografia entre “irmãos de farda”. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 27, n. 3, 2022a.

_____; SIQUEIRA, Ítalo B. Lima. Dinâmicas faccionais e políticas estatais entre o dentro e fora das prisões do Ceará. *Tomo*, n. 40, p. 123-164, 2022.

PADOVANI, Natália Corazza. Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

PAIVA, Luiz Fábio. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. *Caderno CRH*, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019.

PEIRANO, Marisa. Identifique-se! O caso Henry Gates versus James Crowley como exercício antropológico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, p. 63-77, 2011.

RAYNA, Carlos Pérez; FRIGGI, Mariana Stolf. Teko Haxy: autoetnografia e o documentário dispositivo na

terra imperfeita. *Teoria e cultura*, v. 15 n. 3, p. 140-160, 2020.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

SANTOS, Luiz A. C; JEOLÁS, Leila. Apresentação: a pesquisa e sua ética, o poder e sua norma. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 3, n. 5, p. 11-30, jan./ jun. 2015.

SARTI, Cynthia et al. Avanços da Resolução 510/2016 e impasses do sistema CEP/CONEP. *Revista Mundaú*, n. 2, p. 08-21, 2017.

SIQUEIRA, Ítalo B. Lima; NASCIMENTO, Francisco E. M; Moraes, Suiany S. Dinâmicas inter-regionais de mercados e governança criminal em perspectiva comparada entre Fortaleza e Manaus. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.*, Edição Especial, n. 4, p. 441-468, 2022.

SPRADLEY, James. *Participant observation*. San Diego: Macalester College, 1980.

TAETS, Adriana R. Faria. Abrindo e fechando celas: narrativas, experiências e identidades de agentes de segurança penitenciária femininas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.